

Atena
Editora
Ano 2022

Elói Martins Senhoras

(Organizador)



ECONOMIA:

GLOBALIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO 2

Atena
Editora
Ano 2022

Elói Martins Senhoras
(Organizador)



ECONOMIA:

GLOBALIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO 2

Editora chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Editora executiva

Natalia Oliveira

Assistente editorial

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto gráfico

Camila Alves de Cremo

Daphynny Pamplona

Gabriel Motomu Teshima

Luiza Alves Batista

Natália Sandrini de Azevedo

Imagens da capa

iStock

Edição de arte

Luiza Alves Batista

2022 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do texto © 2022 Os autores

Copyright da edição © 2022 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.

Open access publication by Atena Editora



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial**Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**

Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí

Prof. Dr. Alexandre de Freitas Carneiro – Universidade Federal de Rondônia

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Profª Drª Ana Maria Aguiar Frias – Universidade de Évora

Profª Drª Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa



Prof. Dr. Antonio Carlos da Silva – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Arnaldo Oliveira Souza Júnior – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
Prof^ª Dr^ª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof^ª Dr^ª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Prof. Dr. Humberto Costa – Universidade Federal do Paraná
Prof^ª Dr^ª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadilson Marinho da Silva – Secretaria de Educação de Pernambuco
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. José Luis Montesillo-Cedillo – Universidad Autónoma del Estado de México
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Prof^ª Dr^ª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal do Paraná
Prof^ª Dr^ª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof^ª Dr^ª Lucicleia Barreto Queiroz – Universidade Federal do Acre
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Universidade do Estado de Minas Gerais
Prof^ª Dr^ª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof^ª Dr^ª Marianne Sousa Barbosa – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Prof^ª Dr^ª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Miguel Rodrigues Netto – Universidade do Estado de Mato Grosso
Prof. Dr. Pedro Henrique Máximo Pereira – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco
Prof^ª Dr^ª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof^ª Dr^ª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof^ª Dr^ª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof^ª Dr^ª Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins



Economia: globalização e desenvolvimento 2

Diagramação: Camila Alves de Cremo
Correção: Bruno Oliveira
Indexação: Amanda Kelly da Costa Veiga
Revisão: Os autores
Organizador: Elói Martins Senhoras

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

E19 Economia: globalização e desenvolvimento 2 / Organizador
Elói Martins Senhoras. – Ponta Grossa - PR: Atena,
2022.

Formato: PDF
Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader
Modo de acesso: World Wide Web
Inclui bibliografia
ISBN 978-65-5983-869-1
DOI: <https://doi.org/10.22533/at.ed.691222401>

1. Economia. I. Senhoras, Elói Martins (Organizador). II.
Título.

CDD 330

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná – Brasil
Telefone: +55 (42) 3323-5493
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br



DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa; 6. Autorizam a edição da obra, que incluem os registros de ficha catalográfica, ISBN, DOI e demais indexadores, projeto visual e criação de capa, diagramação de miolo, assim como lançamento e divulgação da mesma conforme critérios da Atena Editora.



DECLARAÇÃO DA EDITORA

A Atena Editora declara, para os devidos fins de direito, que: 1. A presente publicação constitui apenas transferência temporária dos direitos autorais, direito sobre a publicação, inclusive não constitui responsabilidade solidária na criação dos manuscritos publicados, nos termos previstos na Lei sobre direitos autorais (Lei 9610/98), no art. 184 do Código penal e no art. 927 do Código Civil; 2. Autoriza e incentiva os autores a assinarem contratos com repositórios institucionais, com fins exclusivos de divulgação da obra, desde que com o devido reconhecimento de autoria e edição e sem qualquer finalidade comercial; 3. Todos os e-book são *open access*, *desta forma* não os comercializa em seu site, sites parceiros, plataformas de *e-commerce*, ou qualquer outro meio virtual ou físico, portanto, está isenta de repasses de direitos autorais aos autores; 4. Todos os membros do conselho editorial são doutores e vinculados a instituições de ensino superior públicas, conforme recomendação da CAPES para obtenção do Qualis livro; 5. Não cede, comercializa ou autoriza a utilização dos nomes e e-mails dos autores, bem como nenhum outro dado dos mesmos, para qualquer finalidade que não o escopo da divulgação desta obra.



APRESENTAÇÃO

A evolução do pensamento econômico tem sido permeado pela presença de diferentes escolas, teorias e correntes desde os primordiais princípios filosóficos na Grécia, passando pela conformação da Ciência Econômica na Inglaterra, até chegarmos aos dias atuais, demonstrando que em um mundo globalizado não existe apenas uma via, mas diferentes formas de interpretação sobre o fenômeno econômico.

Tomando como referência que os pensamentos ortodoxos e heterodoxos são vivos nos campos das ideias e da realidade atual, este livro promove uma visão panorâmica sobre temas relevantes no campo epistemológico da Economia, tendo o objetivo de apresentar análises e debates que tomam como fundamentação distintos paradigmas teórico-metodológicos do pensamento econômico para interpretar a empiria dos assuntos e estudos de casos.

O ecletismo teórico-metodológico proposto nesta obra é explicitado, tanto, pela presença de um plural debate entre diferentes correntes teóricas do pensamento econômico, quanto, por diferentes procedimentos metodológicos de levantamento e análise de dados, possibilitando assim a apreensão de diferentes óticas para captação e interpretação dos fenômenos econômicos.

Caracterizado por uma natureza exploratória, descritiva e explicativa quanto aos fins e por uma abordagem quali-quantitativa quanto aos meios utilizados nas pesquisas, este livro foi estruturado por meio de distintas técnicas e métodos de pesquisa a fim de possibilitar divergentes abordagens teórico-conceituais para abordar a realidade empírica dos relatos de experiência e dos estudos de caso, assim resultando em uma pluralidade de debates.

Fruto de um trabalho coletivo e desenvolvido a várias mãos por um conjunto de pesquisadoras e pesquisadores, brasileiros e estrangeiros, os 29 capítulos deste livro fazem um imersivo convite à leitura de discussões relevantes nas áreas de Teoria Econômica, Macroeconomia, Microeconomia, Economia Internacional e Economia Política, combinando didatismo e acessibilidade.

Conclui-se que as discussões apresentadas neste livro proporcionam aos potenciais leitores a absorção de novas informações e a transdução em novos conhecimentos sobre a realidade e o pensamento econômico em um contexto de globalização permeado por diferentes paradigmas ideológicos. A obra estimula um debate eclético, plural e não discriminatório que se apresenta por meio de uma didática abordagem afeita aos interesses de um público leigo e da comunidade epistêmica da área da Economia.

Excelente leitura!

Elói Martins Senhoras

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1..... 1

INTRODUÇÃO AO DEBATE DA ECONOMIA POLÍTICA: CONCEITOS BÁSICOS

Lázaro Camilo Recompensa Joseph

Tatiana Wonsik Recompensa Joseph

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.6912224011>

CAPÍTULO 2..... 35

A ARQUEOLOGIA DE UM DEBATE: AS TEORIAS DO DESENVOLVIMENTO, E SUAS INFLUÊNCIAS NA CONSTITUIÇÃO DO DEBATE ENTRE LIBERAIS E DESENVOLVIMENTISTAS NO BRASIL, ENTRE OS ANOS DE 1950 E 1964

Neilaine Ramos Rocha de Lima

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.6912224012>

CAPÍTULO 3..... 50

ALGUMAS NOTAS INICIAIS SOBRE BRASIL E NEOLIBERALISMO

Isabel Cristina Chaves Lopes

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.6912224013>

CAPÍTULO 4..... 57

GLOBALIZAÇÃO: UM PROCESSO DE MUDANÇA ESTRUTURAL NO SISTEMA INTERNACIONAL? ALGUMAS REFLEXÕES

Virgilius de Albuquerque

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.6912224014>

CAPÍTULO 5..... 66

A IMPORTÂNCIA DO MERCADO FINANCEIRO PARA O COMÉRCIO INTERNACIONAL NOS PARAÍSOIS FISCAIS: RECOMENDAÇÕES PARA MOÇAMBIQUE

Zacarias Bernabé Nguema

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.6912224015>

CAPÍTULO 6..... 84

TEORIA DA CARTEIRA DE MARKOWITZ: APLICABILIDADE DO MODELO CAPM (CAPITAL DE MODELO DE RECTIFICAÇÃO DE ACTIVOS) NO COMPORTAMENTO DOS INVESTIDORES NO MERCADO FINANCEIRO MOÇAMBICANO (2010-2020)

Shayra Alberto Xavier Constantino

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.6912224016>

CAPÍTULO 7..... 94

O ESTADO DE ENQUADRAMENTO DA DIVIDA PÚBLICA “DIVIDAS OCULTAS” NO MERCADO DE CAPITAIS E O SEU CONTRIBUTO NO DESENVOLVIMENTO ECÔNOMICO DE MOÇAMBIQUE (2010-2020)

Daniel Fernando Sibinde Júnior

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.6912224017>

CAPÍTULO 8..... 105

A SUSTENTABILIDADE DA DIVIDA PUBLICA DO MERCADO DE CAPITAIS EM MOÇAMBIQUE: DESAFIOS, PERSPECTIVAS E SOLUÇÕES (2010-2020)

Dalmázia de Fátima Vicente

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.6912224018>

CAPÍTULO 9..... 119

POLÍTICA MONETÁRIA EM MOÇAMBIQUE: UM ESTUDO EMPÍRICO SOBRE A EFICIÊNCIA DOS INSTRUMENTOS DA POLÍTICA MONETÁRIA ADOPTADAS EM MOÇAMBIQUE (2010-2020)

Atumane Jacinto José Nanvarra

Viegas Wirssone Nhenge

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.6912224019>

CAPÍTULO 10..... 129

LOS EFECTOS DE LA SUBIDA DEL DÓLAR EN MÉXICO EN LA PRODUCCIÓN LA ECONOMÍA Y LA SOCIEDAD

Víctor Manuel Piedra Mayorga

Rafael Granillo Macías

Miguel Ángel Vázquez Alamilla

Raúl Rodríguez Moreno

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.69122240110>

CAPÍTULO 11..... 141

INTERAÇÕES ECONÔMICAS ENTRE BRASIL E APEC: UMA ANÁLISE DE DIVERSIFICAÇÃO DA PAUTA COMERCIAL

Sarah Geciellen Cabral Braz

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.69122240111>

CAPÍTULO 12..... 157

BARREIRAS COMERCIAIS SOBRE A SOJA E A CARNE BRASILEIRAS: CENÁRIOS DE EMBARGOS DA CHINA, UNIÃO EUROPEIA E ESTADOS UNIDOS

Adriano Marcos Rodrigues Figueiredo

Mayra Batista Bitencourt Fagundes

Leonardo Francisco Figueiredo Neto

Cláudio Eurico Seibert Fernandes da Silva

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.69122240112>

CAPÍTULO 13..... 178

DOS CONCEPCIONES ENTRE LAS EMPRESAS RECUPERADAS POR SUS TRABAJADORES. DISPUTAS FORMATIVAS POR EL SENTIDO DE LA AUTOGESTIÓN EN LA TRAYECTORIA DE IMPA

Ramon Rodrigues Ramalho

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.69122240113>

| | |
|---|------------|
| CAPÍTULO 14 | 194 |
| EL COMERCIO ELECTRÓNICO GLOBAL COMO UNA OPCIÓN PARA EL DESARROLLO DE LA ECONOMÍA SOCIAL Y SOLIDARIA Y EL COOPERATIVISMO EN MÉXICO | |
| Luz Elvia Garcia Ramos | |
|  https://doi.org/10.22533/at.ed.69122240114 | |
| CAPÍTULO 15 | 204 |
| AGLOMERAÇÕES PRODUTIVAS AGRÍCOLAS E NÃO AGRÍCOLAS NO MEIO RURAL PIAUIENSE | |
| José Edson Rodrigues Júnior | |
| Edivane de Sousa Lima | |
|  https://doi.org/10.22533/at.ed.69122240115 | |
| CAPÍTULO 16 | 220 |
| ANÁLISE COMPARATIVA DAS ESTRATÉGIAS DE <i>MARKETING MIX</i> ADOTADAS EM TRÊS MERCADOS DE PROXIMIDADE AGROECOLÓGICOS | |
| Heliene Macedo de Araújo | |
| Marta Cristina Marjotta-Maistro | |
|  https://doi.org/10.22533/at.ed.69122240116 | |
| CAPÍTULO 17 | 242 |
| APICULTURA EM ÁREA DE RESERVA LEGAL COMO FORMA DE DIVERSIFICAÇÃO ECONÔMICA NA AGRICULTURA FAMILIAR | |
| Mariane Rodrigues da Vitória | |
|  https://doi.org/10.22533/at.ed.69122240117 | |
| CAPÍTULO 18 | 252 |
| UMA ANÁLISE EMPÍRICA E DOCUMENTAL SOBRE O ESTADO DE IMPLEMENTAÇÃO DA ECONOMIA VERDE EM MOÇAMBIQUE: REALIZAÇÕES, DESAFIOS E PERSPECTIVAS (2010-2020) | |
| Kayle Chaves Rustangy | |
| Viegas Nhenge | |
|  https://doi.org/10.22533/at.ed.69122240118 | |
| CAPÍTULO 19 | 263 |
| DESARROLLO HUMANO Y CAÍDA DE PIB PROVOCADA POR EL COVID-19: PAÍSES CON ALTO Y BAJO DESARROLLO | |
| Imelda Ortiz Medina | |
| Pedro Plata Pérez | |
| Jorge Martínez Pérez | |
|  https://doi.org/10.22533/at.ed.69122240119 | |
| CAPÍTULO 20 | 272 |
| O PÓLO DE IMPERATRIZ: CARACTERIZAÇÃO E PERSPECTIVAS | |
| Edgar Oliveira Santos | |
|  https://doi.org/10.22533/at.ed.69122240120 | |

CAPÍTULO 21.....298

PERFIL EPIDEMIOLÓGICO DAS VÍTIMAS DE ACIDENTES DE TRANSPORTE TERRESTRE NO BRASIL E PERNAMBUCO A PARTIR DE MICRODADOS DA PESQUISA NACIONAL DE SAÚDE – 2013

Josicleide Montenegro da Silva Guedes Alcoforado

Ana Carla Silva Alexandre

Idalacy de Carvalho Barreto

Irla Maria Vidal de Souza Medeiros

José Ricardo Bezerra Nogueira

Patricia Rejane Ribeiro Bispo

Nelson Miguel Galindo Neto

Guilherme Guarino de Moura Sá

Deisyelle Magalhães Barbosa

Débora Montenegro da Silva

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.69122240121>

CAPÍTULO 22.....312

ANÁLISE DA RELAÇÃO ENTRE GASTO PÚBLICO PER CAPITA EM SAÚDE E A TAXA DE MORTALIDADE INFANTIL NAS QUATRO MACRORREGIÕES DE SAÚDE DO ESTADO DE PERNAMBUCO NO PERÍODO E 2008 A 2012

Harley Davidson Rocha de Lima

Moacyr Jesus Barreto de Melo Rego

Rodrigo Gomes de Arruda

Tatiane Almeida de Meneses

Maira Galdino da Rocha Pitta

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.69122240122>

CAPÍTULO 23.....329

INVESTIMENTO PRIVADO: EVOLUÇÃO TEÓRICA E HISTÓRICA NO BRASIL

Tiago Wickstrom Alves

Emanuelle Nava Smaniotto

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.69122240123>

CAPÍTULO 24.....353

PREVISÃO DE FALÊNCIA E PERFORMANCE: A INFLUÊNCIA DA CERTIFICAÇÃO DE QUALIDADE NAS EMPRESAS PORTUGUESAS

Cândido Jorge Peres Moreira

Mário Alexandre Guerreiro Antão

Pedro Miguel Baptista Pinheiro

Domingos Custódio Cristóvão

Catarina Carvalho Terrinca

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.69122240124>

CAPÍTULO 25.....365

O IMPACTO SÓCIO-ECONÓMICO DA PRODUÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DO SAL MARINHO EM MOÇAMBIQUE: O CASO DA CRISE DO MERCADO DO DISTRITO DA

ILHA DE MOÇAMBIQUE

Octávio Francisco Xavier Uaite

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.69122240125>

CAPÍTULO 26.....381

TURISMO REGIONAL Y MERCADO LABORAL: LA FUNCIÓN DE LA AGENCIA DE VIAJES COMO UNIDAD ECONÓMICA (2003-2010)

Laura Isabel Tottino

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.69122240126>

CAPÍTULO 27.....397

REDES SOCIAIS E PERFORMANCE ELEITORAL: UMA ANÁLISE DAS ELEICOES DE 2018 PARA GOVERNADOR

Paulo Henrique Rocha de Souza

Francisco Antonio Sousa de Araujo

Paulo de Melo Jorge Neto

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.69122240127>

CAPÍTULO 28.....411

SMART CONTRACTS: O REINVENTAR DO DIREITO CONTRATUAL NA ERA TECNOLÓGICA

Mateus Catalani Pirani

Emily Romera Fagundes

Julia Gothard Ribeiro da Silva

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.69122240128>

CAPÍTULO 29.....423

A RELAÇÃO DO CONSUMIDOR COM OS GAMES: FORTNITE, UM ESTUDO DE CASO

Felipe Casteletti Ramiro

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.69122240129>

SOBRE O ORGANIZADOR.....434

ÍNDICE REMISSIVO.....435

CAPÍTULO 2

A ARQUEOLOGIA DE UM DEBATE: AS TEORIAS DO DESENVOLVIMENTO, E SUAS INFLUÊNCIAS NA CONSTITUIÇÃO DO DEBATE ENTRE LIBERAIS E DESENVOLVIMENTISTAS NO BRASIL, ENTRE OS ANOS DE 1950 E 1964

Data de aceite: 10/01/2022

Neilaine Ramos Rocha de Lima
Universidade Estadual de Maringá

RESUMO: Desde a década de 1930, o Brasil foi palco de grandes discussões sobre a necessidade de fomentar o desenvolvimento nacional. Nos anos de 1950 até 1964 essas discussões se cristalizaram principalmente nos debates entre liberais e desenvolvimentistas, como foi o caso do debate entre o liberal Eugênio Gudín e o desenvolvimentista Celso Furtado. Porém esses intelectuais elaboravam o conceito de desenvolvimento, a partir de referenciais teóricos que principalmente após a crise de 1929 repensaram a economia. Dentre esses referenciais podemos ressaltar as figuras de Schumpeter e Keynes, que apontaram diferentes caminhos para a conquista do desenvolvimento econômico nacional. Outro elemento importante, que o presente trabalho salientou, fora a processo de constituição do próprio conceito de desenvolvimento, ao longo da História, destacando a importância da análise dos conceitos como abordagem metodológica do ofício do historiador. Com isso, consolida-se em grande parte dessas teorias a relação do conceito de desenvolvimento com a própria trajetória da História, originando assim, através desses debates, distintos projetos políticos que expressaram o que cada momento histórico considerava como desenvolvimento. Sendo assim, observar esses fundamentos teóricos,

nos favorece a compreensão de disparidades políticas que ressoam até a atualidade.

PALAVRAS-CHAVE: Desenvolvimento; debate; teorias, história.

THE ARCHEOLOGY OF A DEBATE: THE THEORIES OF DEVELOPMENT, AND THEIR INFLUENCES ON THE CONSTITUTION OF THE DEBATE BETWEEN LIBERALS AND BETWEEN LIBERALS AND DEVELOPMENTALISTS IN BRAZIL BETWEEN 1950 AND 1964

ABSTRACT: Since the 1930s, Brazil has been the stage for great discussions about the need to foster national development. From the 1950s to 1964, these discussions crystallized mainly in debates between liberals and developmentalists, as was the case with the debate between liberal Eugênio Gudín and developmentalist Celso Furtado. However, these intellectuals elaborated the concept of development, based on theoretical references that, especially after the 1929 crisis, rethought the economy. Among these references we can highlight the figures of Schumpeter and Keynes, who pointed out different paths for the achievement of national economic development. Another important element, which this work highlighted, was the process of constitution of the concept of development itself, throughout history, highlighting the importance of analyzing concepts as a methodological approach to the profession of the historian. With this, the relationship between the concept of development and the trajectory of history is consolidated in a large part of these theories, thus originating, through these debates, distinct political projects that expressed

what each historical moment considered development. Therefore, observing these theoretical foundations helps us to understand political disparities that resonate to the present day.

KEYWORDS: Development; debate; theories, history.

Desde a década de 1930, o Brasil foi palco de grandes discussões sobre a necessidade de fomentar o desenvolvimento nacional. Nos anos de 1950 até 1964 essas discussões se cristalizaram principalmente nos debates entre liberais e desenvolvimentistas. Nesse trabalho iremos nos ater as figuras de dois grandes nomes, representantes das correntes propostas, o economista liberal Eugênio Gudin, um dos principais liberais do século XX no Brasil; e o economista Celso Furtado, representante ilustre da corrente desenvolvimentista. Pensar os dois intelectuais em debate, é uma amostra do grande debate existente entre os dois ideários.

O Brasil nos anos de 1950 era conhecido como um país subdesenvolvido, portanto pensar o desenvolvimento era fundamental naquele contexto. Assim, esses intelectuais elaboravam o conceito de desenvolvimento, a partir de referenciais teóricos que principalmente após a crise de 1929 repensavam a economia. Dentre esses referenciais podemos ressaltar as figuras de Schumpeter e Keynes, que apontavam diferentes caminhos para a conquista do desenvolvimento econômico nacional. Com isso, consolida-se em grande parte dessas teorias a relação do conceito de desenvolvimento com a possibilidades de distintos projetos políticos. Sendo assim, observar esses fundamentos teóricos, nos favorece a compreensão de disparidades políticas que ressoam até a atualidade.

Segundo Koselleck (2006), os conceitos baseiam-se em sistemas político-sociais: uma sociedade está sempre formando seus conceitos, atribuindo-lhes historicidade. Existem conceitos que parecem ter uma generalidade intrínseca: é o caso de desenvolvimento, que, em dicionários populares, aparece com as seguintes definições: ato ou efeito de desenvolver; aumento; progresso; incremento; propagação. Porém, principalmente a partir da década de 1930, o uso desse conceito ganhou espaço nas teorias econômicas e sinalizou uma necessidade de sua ressignificação.

[...] Por trás dessa generalidade global, que pode ser ocupada, do ponto de vista político, de modos completamente diversos, faz-se necessário moldar novamente o conceito por meio de definições adicionais. Somente assim é que ele pode ser funcionar politicamente [...] (KOSELLECK, 2006, p. 107).

ECONOMIA, HISTÓRIA E DESENVOLVIMENTO

Cada nação expressou em sua constituição, ou em seus símbolos, a ideia de um ideal, um alvo a se atingir ou se preservar. Os americanos valorizam o conceito de “liberdade”, por sua vez os franceses valorizam a ideia de “igualdade”, e no Brasil não é diferente. Historicamente, a sociedade brasileira nutre a importância do “desenvolvimento”,

uma das palavras existentes em sua bandeira, “progresso”, nos leva ao conceito de “desenvolvimento”. Até na atualidade, o desenvolvimento é citado como alvo das políticas públicas.

Se concebermos o conceito de desenvolvimento, a partir da lógica de vários intelectuais brasileiros, principalmente da primeira metade do século XX, veremos que esse conceito se apoia na ideia de riqueza, aumento de capital e sua distribuição em termos nacionais. O desenvolvimento seria a conclusão do processo de evolução do próprio capitalismo. Sendo que esse processo se daria ao longo do tempo, enfrentando as condições históricas.

É de suma importância para nossa discussão mencionarmos a tradição que Marx inaugurou, qual seja, a de unir a história à análise econômica. Essa tradição influenciou muitos economistas e historiadores, a observarem a história e a economia como áreas totalmente relacionadas.

A situação de crise da economia brasileira nas décadas de 1950 e 1960 intensificava o debate acerca do atraso brasileiro. O atraso era temporal: como se constatava por meio da comparação entre o Brasil e outras nações que se destacavam. Sendo assim, os debates acerca do desenvolvimento suscitaram discussões sobre o próprio conceito de desenvolvimento e sua relação com a história.

Muitos desses intelectuais brasileiros, sejam eles liberais como: Eugênio Gudín, Octávio de Bulhões e Roberto Campos; ou desenvolvimentistas como: Roberto Simonsen e Celso Furtado; tinham suas concepções elaboradas no contexto em que o capitalismo foi fortemente atingido após a crise de 1929, esse momento colocou todas as correntes do pensamento econômico, em estado de reelaboração das teorias capitalistas, principalmente em busca de respostas a crise.

Tanto Gudín, quanto Furtado assinalaram esse momento como crucial para o restabelecimento de teorias econômicas que pudessem dar conta das novas questões que a crise colocava. O próprio Gudín elabora textos com o foco principal de redirecionar o seu conceito de liberalismo, frente a nova realidade da crise.

Por sua vez, Furtado, concebeu esse fato histórico, como a comprovação de que o equilíbrio econômico, não existiria em um contexto de economia de mercado e que a antiga Lei de Say, estava fadada a falência.

Visualizam-se, assim, debates teóricos acerca do desenvolvimento econômico, da natureza do capitalismo, da ação do Estado ou do indivíduo nesse processo. Nesses debates, destacam-se dois teóricos: Schumpeter e Keynes.

TEORIAS DO DESENVOLVIMENTO: A CONTRIBUIÇÃO DE SCHUMPETER E A REVOLUÇÃO DE KEYNES

O economista Joseph A. Schumpeter marcou a história do pensamento econômico

com sua teoria clássica do desenvolvimento, exposta em *Theorie der Wirtschaftlichen Entwicklung*. Nessa obra, revela-se a influência da teoria do equilíbrio geral de Walras, crítico árduo do marxismo.

No início do século XX, a ideia de que o mercado seria capaz de se autorregular, gerando um equilíbrio econômico, se constituía como a característica geral do capitalismo. As crises suscitavam, então, duas opiniões majoritárias no meio dos economistas: de um lado, os marxistas criticavam o sistema capitalista e acreditavam que as crises demonstravam as contradições de um sistema em decadência; de outro, os chamados economistas neoclássicos argumentavam que essas crises seriam resultado da intervenção estatal na economia e, portanto, não seriam um fenômeno natural do mercado.

Nesse contexto, Schumpeter (1982) desenvolveu sua teoria de que o capitalismo é um fenômeno com rupturas, descontinuidades, pois, ao transformar as estruturas, torna possível a instabilidade.

Porém, a inovação é um elemento endógeno do capitalismo, ou seja, o sistema econômico é um contexto de inovação, de constante transformação das estruturas. Nesse contexto, em que antigas tecnologias seriam destruídas, novas estruturas seriam construídas. Essa ideia ficou conhecida como “destruição criativa”. As rupturas causadas por essa “destruição criativa” causariam momentos de instabilidade, até mesmo crises. Ou seja, ocorreria um desequilíbrio, que seria substituído por outro equilíbrio, resultante de fenômenos intrínsecos ao capitalismo.

Outra ideia do autor é a de que, em contextos de oligopólios ou monopólios, nas chamadas concorrências imperfeitas, nesse processo mercadológico de criação de tecnologia, o mercado pode não gerar bem-estar coletivo.

Assim, para Schumpeter (1982), em razão desse processo criativo, o sistema se reorganiza de tempos em tempos, gerando diferentes ciclos econômicos. Em sua concepção, a dinâmica do capitalismo estaria separada da evolução da ordem social, de forma que a dinâmica do mercado não dependeria de um contexto histórico, seria natural em qualquer contexto. No entanto, nem sempre tal dinâmica teria um linha contínua: suas rupturas é que escrevem a história. Essa ideia é fundamental para nossa análise, pois Schumpeter, com sua teoria do desenvolvimento, visualizava o indivíduo e sua ação criadora como elemento do mercado, elemento esse essencial para a criação do contexto de desenvolvimento.

[...] Ainda permanecem dois fatos: primeiramente o fato da mudança histórica, pela qual as condições sociais se tornam 'indivíduos' históricos no tempo histórico. Essas mudanças não constituem nem um processo circular nem movimentos pendulares em torno de um centro. O conceito de desenvolvimento social é definido por essas duas circunstâncias, juntamente com o outro fato: o de que *-sempre que não conseguimos explicar adequadamente um dado estado *de coisas histórico a partir do precedente, reconhecemos de fato a existência de um problema não resolvido, mas não insolúvel. Isso é válido antes de tudo para o caso individual [...] (SCHUMPETER, 1982, p. 70).

Portanto, um dos referenciais teóricos da época para se pensar o desenvolvimento econômico também se direciona para o campo da história: o fenômeno não seria estritamente econômico, já que ocorreria em um espaço e em um tempo. A História tem importância na teoria do autor, pois pensar o desenvolvimento econômico é pensar a história econômica.

Entenderemos por 'desenvolvimento', portanto, apenas as mudanças da vida econômica que não lhe forem impostas de fora, mas que surjam de dentro, por sua própria iniciativa. Se se concluir que não há tais mudanças emergindo na própria esfera econômica, e que o fenômeno que chamamos de desenvolvimento econômico é na prática baseado no fato de que os dados mudam e que a economia se adapta continuamente a eles, então diríamos que não há nenhum desenvolvimento econômico. Pretenderíamos com isso dizer que o desenvolvimento econômico não é um fenômeno a ser explicado economicamente, mas que a economia, em si mesma sem desenvolvimento, é arrastada pelas mudanças do mundo à sua volta, e que as causas e portanto a explicação do desenvolvimento devem ser procuradas fora do grupo de fatos que são descritos pela teoria econômica (SCHUMPETER, 1982, p. 74).

Schumpeter influenciou muitos economistas que debateram com os desenvolvimentistas. Dentre eles, destaca-se Nurkse, que frequentou as conferências, participou das revistas, constituindo-se personagem agregador nesse contexto. Como o debate entre Furtado e Nurkse ficou conhecido pela literatura, é importante abordá-lo nesse contexto de ideias e de formatação do conceito de desenvolvimento.

[...] em 1952, Furtado escreveu um ensaio onde respondia às teses sobre desenvolvimento defendidas por uma das maiores autoridades da época, Ragnar Nurkse [...] Em suas palestras de 1951, no Instituto de Economia Brasileira, fundado por Gudin, [...] propôs sua famosa 'doutrina do crescimento equilibrado, publicada em 1953 como Problemas da Formação de Capital nos Países Subdesenvolvidos [...] (LOVE, 1998, p. 368).

Em sua teoria do desenvolvimento, Nurkse postulava a ideia básica do “ciclo de Schumpeter”. Ele observava que um país seria subdesenvolvido se possuísse um mercado pequeno, que não gerava incentivo para que o capital investisse em produtividade. O contexto de baixa produtividade, resultante da escassez de capital para o uso na produção, alimentava, dessa maneira, a existência do pequeno mercado, constituindo sempre um ciclo de atraso, um estado estacionário que somente seria alterado com uma intervenção de capital vindo do empresariado.

A crítica de Furtado a esse esquema foi contundente. Primeiramente, para Furtado (1951), o mercado que Nurkse levava em consideração seria o mercado interno, mas mesmo um país subdesenvolvido poderia visualizar um mercado em expansão se olhasse além de seus limites territoriais, para o mercado externo e produzisse para esse mercado também.

O desenvolvimento econômico é um processo no qual se alcança o aumento da produtividade física do trabalho. Para Furtado, a produtividade do país subdesenvolvido não podia ser comparada à do desenvolvido, pois, muitas vezes, uma tecnologia não

se encaixa nos custos de produção no contexto de subdesenvolvimento. A abertura de uma estrada poderia aumentar a produtividade de uma região agrícola, por exemplo. Ao criticar a teoria de Nurkse, ele considerava o subdesenvolvimento como um subproduto do desenvolvimento e não uma etapa do mesmo.

Entender a necessidade de impulso para esse desenvolvimento, pensar a existência de um corpo empresário, que, para Schumpeter (1982), inovariam a economia com produtos, mercados, matérias-primas, processos produtivos, era a missão de Furtado. No entanto, em sua análise da formação do Brasil, ele acusava a falta dessas figuras em muitos momentos. Para que essa análise fosse coerente, não havia outro instrumento metodológico senão a história do Brasil: com base nela, longe de se enquadrar na explicação simples de Schumpeter, seria possível compreender o processo que ocorria naquele contexto complexo.

Para Schumpeter (1982), o desenvolvimento é entendido como mudanças no processo de produção; já, para Furtado, a estrutura de um país subdesenvolvido não permitia esse processo espontâneo, os fatores externos eram preponderantes para a quebra do ciclo do atraso.

O argumento de Furtado se desenvolve da seguinte maneira: o impulso externo beneficia inicialmente os setores ligados ao comércio exterior, proporcionando um aumento dos lucros, os quais, caso esse impulso seja persistente, serão reinvestidos, aumentando a produção; a acumulação de capital traz consigo melhorias técnicas e, portanto, aumento da produtividade social média, pela liberação dos demais fatores e sua absorção em outros setores. O processo tende a se autossustentar, pois, na medida em que aumenta a produtividade, cresce a renda real e a demanda se diversifica, abrindo novas frentes de investimento; e à medida que cresce a procura por mão de obra os salários reais também tendem a crescer (ARAÚJO, 2009, p. 83).

De sua perspectiva, a concentração de renda, do capital, não gera desenvolvimento e sim estagnação. O desenvolvimento econômico está atrelado ao social. Como exemplo disso, Furtado (1961) afirmava que, nos países subdesenvolvidos não havia estímulo à poupança; mesmo com renda baixa, as pessoas imitavam os padrões de consumo de países ricos, criando mais disparidades.

Furtado (1961) acreditava que o mecanismo de mercado não possibilitava a utilização dos recursos de forma ideal. O Nordeste brasileiro era prova disso, pois, para o autor, o capitalismo e o interesse dos latifundiários fizeram da economia nordestina uma economia apática pelo fato de se concentrar na monocultura, setor esse que, para o economista, seria de alto risco, em razão das questões climáticas da região. Segundo ele, quem pagava os prejuízos de um investimento errado no Nordeste era principalmente o povo nordestino, que não desfrutava de um avanço em seu mercado e vivenciava um grau de pobreza estacionário.

Assim, as ideias de Schumpeter (1982) ressoaram também no Brasil, principalmente no desenvolvimento das ideias críticas de Furtado, mas, sem dúvida nenhuma, o debate foi

influenciado por outro economista, que trouxe para a cena uma teoria que revolucionou a economia em todas as partes do mundo: Keynes.

Provavelmente grande parte das teorias da Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL) relacionam-se às temáticas desenvolvidas por Keynes, da mesma forma que o desenvolvimentismo nacionalista. Keynes foi o grande economista do século XX. Cabe-nos observar como sua teoria criou uma espécie de resposta para a necessidade de desenvolvimento e como ela foi absorvida por ambas as linhas envolvidas no debate.

No mesmo ano em que morria Marx, nasciam Schumpeter e Keynes. O ano de 1883 realmente marcou a história econômica, pois esses três economistas, embora de maneiras diferentes, tiveram suas ideias ecoadas até os dias de hoje. No entanto, o ideário de Keynes é hoje uma das teorias mais adotadas como política econômica. Em suma, no contexto de crise e de descrença no capitalismo, emergiu o keynesianismo.

A teoria econômica predominante no momento era a teoria neoclássica, principalmente a vertente de Marshall, que se baseava na “Lei de Say”¹, segundo a qual, o processo de produção capitalista é, também, um processo de geração de rendas (lucro, salário, aluguéis, etc.) e, por isso, a oferta cria sua própria demanda.

Após a quebra da bolsa de valores de Nova York, em 1929, uma das maiores preocupações foi o desemprego. Pela primeira vez, a história notificava uma grande crise no capitalismo, a qual atingiu até mesmo o Brasil. Tratava-se de uma crise com ressonância global, como já foi afirmado.

Nesse contexto, as ideias entram em colisão contra a teoria ortodoxa de crença na ação do mercado. Keynes se contrapôs à teoria de Say e fez árduas críticas aos neoclássicos. Visualizam-se, então, debates com economistas tais como: Pigou, Hayek, Robertson, etc.

Acredito que a economia em toda parte, até recentemente, tenha sido dominada, muito mais do que compreendida, pelas doutrinas associadas ao nome de J.-B. Say. É verdade que a ‘lei dos mercados’ dele já foi abandonada há tempo pela maioria dos economistas, mas eles não se livraram de seus postulados básicos, particularmente de sua ideia errônea de que a demanda é criada pela oferta. Say estava supondo implicitamente que o sistema econômico está sempre operando com sua capacidade máxima, de forma que uma atividade nova apareceria sempre em substituição e não em suplementação a alguma outra atividade. Quase toda a teoria econômica subsequente tem defendido, no sentido de que ela tem exigido, esse mesmo pressuposto. No entanto, uma teoria com essa base é claramente incompetente para enfrentar os problemas do desemprego e do ciclo econômico (KEYNES, 1996, p. 36).

Em linhas gerais, a proposta de Keynes² prevê a necessidade de se tornar efetiva

1 Jean-Baptiste Say (1767-1832) foi um economista francês que elaborou a “lei de Say”, segundo a qual a oferta criaria sua própria demanda e não haveria maneira de existir crises de superprodução. Essa teoria foi fortemente contestada nas teses de Keynes. Ver: ARAÚJO, Carlos Roberto Viera. **História do pensamento econômico**. São Paulo: Atlas, 1995.

2 Para maiores esclarecimentos acerca das ideias de Keynes, ver: KEYNES, M. **A teoria geral do emprego, do juro e da moeda**. São Paulo: Ed. Nova Cultura, 1996.

a demanda em momentos de crise. Por meio da diminuição nas taxas de juros e do desencorajamento da poupança, essas ações aumentariam o incentivo ao investimento, que por sua vez geraria empregos. Porém, na visão do economista, essa realidade não seria uma consequência do livre mercado, pois este não era eficiente sozinho, precisaria de uma direção. Assim, o Estado teria essa função de tutelar o capitalismo e suas fragilidades, ou seja, deveria haver uma aliança entre iniciativa privada e Estado.

Embora essa teoria indique ser de importância vital o estabelecimento de certos controles sobre atividades que hoje são confiadas, em sua maioria, à iniciativa privada, há muitas outras áreas que permanecem sem interferência. O Estado deverá exercer uma influência orientadora sobre a propensão a consumir, em parte através de seu sistema de tributação, em parte por meio da fixação da taxa de juros e, em parte, talvez, recorrendo a outras medidas... Eu entendo, portanto, que uma socialização algo ampla dos investimentos será o único meio de assegurar uma situação aproximada de pleno emprego, embora isso não implique a necessidade de excluir ajustes e fórmulas de toda a espécie que permitam ao Estado cooperar com a iniciativa privada. Mas, fora disso, não se vê nenhuma razão evidente que justifique um socialismo do Estado abrangendo a maior parte da vida econômica da nação. Não é a propriedade dos meios de produção que convém ao Estado assumir. Se o Estado for capaz de determinar o montante agregado dos recursos destinados a aumentar esses meios e a taxa básica de remuneração aos seus detentores, terá realizado o que lhe compete (KEYNES, 1996, p. 322).

A questão central da obra de Keynes (1996) não era o desenvolvimento econômico, mas sim a superação da crise, tendo em vista que esta era um elemento inerente ao capitalismo. Porém, suas ideias foram absorvidas de diferentes formas em diferentes contextos, a exemplo da América Latina, da CEPAL, e, portanto, de Furtado. A crença na ação do Estado para resolver um problema econômico tornou-se a base para os argumentos desenvolvimentistas e a origem dessa ideia estava na Teoria Geral de Keynes:

Se pretendêssemos sintetizar a contribuição das três correntes de pensamento referidas para o advento de um começo de pensamento econômico autônomo e criador, no mundo subdesenvolvido, diríamos que o marxismo fomentou a atitude crítica e inconformista, a Economia clássica serviu para impor a disciplina metodológica, sem a qual logo se descamba para o dogmatismo, e a eclosão keynesiana favoreceu melhor compreensão do papel do Estado no plano econômico, abrindo novas perspectivas ao processo de reforma social (FURTADO, 1961, p. 13).

Teixeira (*apud* Araújo, 2009), citando o americano Henry J. Bruton, estudioso da teoria do desenvolvimento, afirma que algumas razões teriam motivado essa preocupação com a questão do crescimento econômico e movido esse tema para o centro das discussões, principalmente no pós-Segunda Guerra Mundial. Entre elas, aponta: a exploração e a adaptação da própria teoria geral de Keynes, que previa períodos de depressão econômica no sistema capitalista, elaborando maneiras de driblá-las por meio da intervenção estatal; as políticas de bem-estar direcionadas aos chamados países subdesenvolvidos atingidos pela

depressão de 1930 e pelo pós- Segunda Guerra Mundial; o crescimento da economia da URSS, deixando-a entre as principais potências mundiais. Destarte, economias destruídas do pós-guerra na busca pela reconstrução esforçavam-se para recuperar seus níveis de crescimento, o que explicaria o maior o interesse na questão.

Gudin também teve contato com as ideias e com o próprio Keynes e respeitava sua teoria, mas não se “iludiu” com o keynesianismo, como afirmou Roberto Campos (1994):

[...] Mas Gudin não foi somente um interlocutor de Keynes na conferência [de Bretton Woods], foi também o principal divulgador da obra do britânico no Brasil. Essa condição, no entanto, não o impediu de adotar, a partir dos anos 1950, uma precaução firme diante das ideias keynesianas [...] Admirador e divulgador, insistia-se, da obra de Keynes, Gudin rejeitava certo tipo de keynesianismo bastardo: a propensão exagerada ao intervencionismo estatal e o 'dirigismo' planificador (CAMPOS, 1994, p. 157-158)

No entanto, havia sim aproximações de Gudin com o pensamento de Keynes. O economista brasileiro acreditava que a economia não viveria em equilíbrio constante, de forma que a teoria de ciclos de Keynes teria todo o sentido, especialmente considerando que a complexidade das relações econômicas fazia com que argumentos teóricos de séculos atrás não se adaptassem às novas realidades, inclusive a Lei de Say. Nas palavras de Gudin:

A verdadeira revolução do pensamento econômico consistiu na introdução da teoria dos ciclos de prosperidade e depressão, mostrando que o ajustamento automático, que os clássicos pressupunham, não se realizava, porque a taxa de juros do dinheiro não funcionava como eles imaginavam (mesmo que ela fosse zero, sempre haveria economias se a renda nacional fosse elevada), porque a propensão a economizar é menos função da taxa de juros do que do vulto da renda nacional e da propensão à liquidez [...] J.B Say dizia que a produção constituía a própria fonte de seu escoadouro, o poder de compra originado pela produção de uns servindo para comprar o que produziam outros. Ele não figurava a hipótese _ que é a realidade_ da retenção de poder de compra em suspenso (economias) e da que é dada realidade possibilidade da não aplicação dessas economias. Em seu esquema de reajustamento automático, que tão bem se coadunava com o *laissez-faire* de então, não pensavam os clássicos na distorção do funcionamento do padrão ouro pela moeda bancaria, na irredutibilidade prática dos salários, das obrigações financeiras anteriormente contraídas, dos impostos, das despesas gerais, que constituem outros entraves ao seu suposto reajustamento automático [...] (GUDIN, in TEIXEIRA, 2010, p. 88-89)

Gudin alegou que Keynes não elaborou uma teoria que justificasse o abuso do *déficit* orçamentário, bem como que apoiasse políticas monetárias que ele, Gudin, considerava abusivas. Keynes teria sido apropriado principalmente pelos desenvolvimentistas da Cepal, incluindo Furtado, de forma “abominável”, longe da real intenção de seu criador (SCALERCIO; ALMEIDA, 2012).

Enfim, abordado por todos, amantes e críticos, absorvido e refutado, Keynes foi um referencial nos anos em que ocorreu o debate; na realidade, é um referencial ainda

nos dias atuais. Sua Teoria Geral está por trás das políticas econômicas de grande parte dos países capitalistas e, portanto, de diferentes projetos, dentre os quais, o projeto de desenvolvimento. A partir de suas ideias, outros intelectuais pensaram o desenvolvimento e sua dinâmica.

Portanto, visto a importância de autores como Schumpeter, Nurkse e principalmente Keynes, cruciais para o entendimento desse debate, o que fizemos aqui fora apenas uma menção desses pensadores e suas ideias, que foram amplamente discutidas na historiografia especializada.

ARQUEOLOGIA DO DEBATE: TEORIAS DO DESENVOLVIMENTO

Com base nas ideias clássicas anteriormente expostas, uma série de intelectuais, dentre eles economistas e historiadores, postularam teorias que explicariam de diferentes formas o desenvolvimento econômico como o elemento central para a modernidade.

Estudos importantes como os de Harrod e Domar concluíram pela possibilidade do crescimento equilibrado da economia, com base no pensamento de Keynes, mas os olhos desses autores estavam voltados para nações amadurecidas economicamente, como a Inglaterra e os Estados Unidos.

Já a vertente conhecida pelo conceito *big push*, “arrancada”, teorizou trabalhos que defenderam a industrialização como base para o crescimento econômico. Um dos nomes dessa corrente foi o de Rosenstein-Rodan (1943), que observou a Europa Oriental. Sua ideia foi ressaltada por Nurkse (1951), que sinalizou a importância da indústria ser impulsionada em vários setores da economia para que o crescimento equilibrado pudesse então se cumprir (ARAÚJO, 2009).

Alvo de muitas críticas, a teoria do crescimento equilibrado foi refutada por Furtado, porém o grande crítico dessa teoria foi Albert Hirschman, formulador da teoria do crescimento não equilibrado.

Um nome que se destacou como um dos grandes referenciais do tema foi o de Paul Baran. Seu pensamento foi além quando sugeriu que se deveria observar o contexto social e político de cada nação. Não bastavam, segundo ele, aplicações de capitais; era necessário promover a alteração na dinâmica política e social, principalmente porque os países pobres possuíam relações de dependência com países ricos. Esse pensamento esteve no coração teórico da CEPAL e foi extremamente importante para o desenvolvimento dos argumentos de Furtado.

Voltando ao cenário brasileiro, o liberal Gudin buscou naturalizar o processo do desenvolvimento, vendo-o como elemento espontâneo de uma economia livre, porém, para muitos teóricos, principalmente a partir da década de 1930, dois problemas que barravam essa espontaneidade. Primeiro, as crises, ou os ciclos de crescimento e recessão, observados nas nações capitalistas; segundo, o não desenvolvimento natural do capitalismo

em nações periféricas que levava ao surgimento do conceito de subdesenvolvimento, ou seja, o atraso histórico que essas nações, como o Brasil, viviam. Essa segunda realidade foi ressaltada por diferentes teorias ao redor do mundo e, no Brasil, pelo grande teórico do subdesenvolvimento: Celso Furtado.

Não há como entender o debate que se travou entre liberais e desenvolvimentistas, Gudin e Furtado sem, antes, observar as raízes teóricas de seus principais postulados. Observaremos a seguir os principais teóricos que se preocuparam em observar e estudar contextos que conceituaram como subdesenvolvidos.

SUBDESENVOLVIMENTO E ATRASO

Com base nos princípios da história conceitual de Koselleck (2006), podemos observar a evolução semântica desses conceitos. O conceito de “subdesenvolvimento” formou-se no contexto dos debates, mas existiam outras palavras que designavam o problema em questão.

O termo “*backwards countries*”, usado até o fim da Segunda Guerra, era mais fatalista, dava a ideia de países atrasados, de forma definitiva. No pós-guerra, com a criação da ONU e de seus órgãos de cooperação internacional, a visão acerca desses países se alterou, surgindo assim um maior otimismo quanto ao futuro desses países. Assim, a expressão “*under developed countries*”, expressa um conceito mais ligado à perspectiva de desenvolvimento, “subdesenvolvimento”, como uma fase pré-desenvolvimento³. Com o tempo, o conceito passou a ser revestido de mais otimismo e, no momento em que o nível de industrialização se tornou sinalizador de desenvolvimento, os termos “*less developed countries*” e “*newly industrialized countries*” veiculavam a ideia de países menos desenvolvidos e recém-industrializados. Segundo Campos, a evolução do termo ocorreu por dois motivos: o pós-guerra e as ideias de Keynes. Ou seja, o contexto alterou o conceito (BIDERMAN; COZAC; REGO, 1996).

Segundo Love (1998), o termo “terceiro mundo”, também ligado à ideia de atraso e subdesenvolvimento, tem origem no contexto dos países recém-criados ou redefinidos. Após a Primeira Guerra Mundial, a Europa centro-oriental vivenciou a necessidade de reconstrução, de busca por desenvolvimento econômico; desse contexto adveio o termo. Na década de 1940, teóricos pensaram o desenvolvimento como uma subdisciplina. A maioria dos teóricos do desenvolvimento nasceu na Europa central ou centro-oriental: Paul Rosenstein-Rodan, Ragnar Nurkse, Nicholas Kaldor, Thomas Balogh, Hans Singer, Gottfried Haberler, Paul Baran, etc.

‘Atraso econômico’, o termo-padrão usado antes de 1945, foi suplantado, na era do pós-guerra, por ‘subdesenvolvimento’, embora acadêmicos de primeira

3 Quando Furtado (1961) pensa o subdesenvolvimento, ele não o vê como uma etapa, como muitos analisam. A palavra foi importante para dar fundamento à própria tese de Furtado de que o subdesenvolvimento brasileiro era uma condição histórica, peculiar, portanto não se dissolveria com o tempo, em um processo natural, mas por meio de implicações racionais, de correção das estruturas historicamente construídas.

linha do período do pós-guerra, como Alexander Gerschenkron e Paul Baran, ainda preferissem o termo mais antigo. Um outro, Hla Myint, pensava que o termo 'atrasado' descrevia com precisão os povos das áreas subdesenvolvidas e que 'subdesenvolvido' deveria ser reservado para os recursos naturais. 'Subdesenvolvido', como termo para caracterizar as economias e sociedades da Ásia, África e América Latina, mais tarde cedeu lugar a substitutos mais eufemísticos [...] 'menos desenvolvido' e 'em desenvolvimento_', o último dos quais parecia implicar que o problema era passível de se auto-solucionar [...] (LOVE, 1998, p. 22-23).

Os primeiros pressupostos teóricos sobre o desenvolvimento nasceram no contexto da Europa central ou centro-oriental, contudo foram elaborados para ser universais. A primeira escola autóctone de teoria do desenvolvimento surgiu na América Latina: essa escola foi associada à Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL), uma comissão criada pela ONU.

Uma das mais importantes distinções entre os cepalinos e Furtado_y *compris* a teoria clássica e a neoclássica_ é que Cepal e Furtado fundem teoria e história; não fosse assim, seria possível encontrar uma teoria de 'centro' e 'periferia' desde Smith, o que não ocorre, e não por acaso: é que suas concepções são inteiramente homogeneizadoras, fazem tábula rasa da história, pois as 'leis' do capital seriam aplicáveis *urbi et orbi*; daí a teoria de comércio internacional de Ricardo, por exemplo, que vê vantagens comparativas entre países diferentes, quando na verdade o domínio colonial e posteriormente das principais economias desenvolvidas determina de fora para dentro as 'vocações' primárias das colônias e depois ex-colônias' (ARAÚJO, 2009, p. 46).

Na tese de Prebisch, existia uma relação entre centro-periferia, mas uma relação de troca desigual, determinada sempre por relações políticas e não meramente de livre mercado. Por isso, ele não concordava com a teoria clássica de troca, de vantagens comparativas.

Falar de países subdesenvolvidos era pensar as relações de trocas, a fragilidade econômica de países que sofriam ciclos de altas e baixas dos preços das *commodities*. Esse tema não era analisado apenas por teóricos da CEPAL; Gudin e Bulhões, na reunião de Bretton Woods, indagaram a falta de instituições que trabalhassem na busca da estabilização do preço das matérias-primas e produtos primários. A queixa de Gudin não foi ouvida e o problema permaneceu.

Para Prebisch e para CEPAL, a solução estaria na industrialização, que daria independência às nações subdesenvolvidas, gerando o desenvolvimento. Um elemento econômico estaria no centro da dinâmica da evolução, porém os fatores que movimentariam essa engrenagem seriam políticos, a ação do Estado como protagonista do desenvolvimento.

Em suma, todas as teorias do desenvolvimento buscavam uma fórmula para que houvesse: o aumento da produtividade, o aumento de capital, a transformação desse capital em renda e a distribuição dessa renda. Esse processo geraria um contexto de modernidade, de avanço temporal em relação a outras nações que já viviam esse contexto.

O desenvolvimento seria a constatação de que o Brasil não estaria parado no tempo.

Existe um ponto basilar em comum entre Gudin e Furtado. No que se refere ao elemento principal da cadeia do processo de desenvolvimento, ambos seguiam a linha de pensamento dos economistas clássicos: acumulação de capital e investimento em busca de aumento de produtividade, o velho princípio de A. Smith.

Porém, o que gerou o debate foi o pensamento acerca do que motiva uma comunidade a acumular o capital e investi-lo no aumento da produtividade.

Furtado observou a necessidade do acúmulo de capital para o aumento da renda, à medida que tal acúmulo influencia no aumento da produtividade, conseqüentemente, nos salários. Isso transforma a maneira de consumir dos trabalhadores, modificando assim a estrutura da própria demanda. Uma questão que o autor sempre frisou é a da necessidade de se criar uma economia homogênea no Brasil por meio de um processo produtivo diversificado que ampliaria o mercado interno. Somente com essa realidade é que haveria maior produção e distribuição de renda, gerando a situação de desenvolvimento.

Porém, em países subdesenvolvidos como o Brasil, o motivador para esse acúmulo de capital não poderia ser pura e simplesmente o mercado e sua mão invisível. As estruturas existentes nesses países não possibilitavam o acúmulo necessário para esse processo, principalmente porque o processo produtivo era débil por falta de tecnologia e por falta de capital para que essa tecnologia existisse, ou seja, pelo que Furtado chamou de ciclo vicioso.

Um elemento que poderia alterar essa realidade seria um fator exógeno desse sistema. Todavia, apenas a demanda do mercado externo não seria suficiente para tal acúmulo, não daria conta de motivar o aumento substancial da produtividade no Brasil, como propunha a teoria clássica liberal de A. Smith, para quem o mercado seria o grande motivador da divisão do trabalho. Furtado visualizou, portanto, que essa realidade poderia ser vista em países desenvolvidos, mas não em países subdesenvolvidos.

Em consequência, outro elemento exógeno ao processo natural do mercado deveria existir para incentivar e possibilitar o aperfeiçoamento técnico da produção e, conseqüentemente, o aumento da produtividade: o capital proveniente do Estado. Por meio do seu incentivo intervencionista, a industrialização ficaria à frente do processo de desenvolvimento e de ruptura com as antigas estruturas de consumo, dinamizando, dessa maneira, o mercado interno.

Para Gudin (1970), por sua vez, o capital acumulado deveria ser proveniente do trabalho do setor agrícola brasileiro, setor esse extremamente fértil, na visão do autor. Gudin seguia a linha clássica de A. Smith, qual seja, a do progresso natural da riqueza. Quanto a isso, consideremos que o autor observou a história da Inglaterra, ícone para se observar o desenvolvimento do capitalismo. Viria do excedente do campo o capital que fomentaria a revolução industrial: sobre esse mesmo pressuposto, Gudin acreditava ser possível o desenvolvimento agrário no Brasil subsidiar sua indústria.

Sob a ótica gudiniana, esse processo não se daria por intervenções exógenas, mas como consequência natural do mercado, ou seja, o processo se daria de forma espontânea, mesmo o Brasil sendo um país atrasado economicamente. O que atrasava esse processo de desenvolvimento seriam dois elementos que podemos analisar, com base no pensamento de Gudin. Primeiro, a própria intervenção estatal, que desmotivaria a ação do mercado e também investimentos externos de suma importância. Segundo, outro ponto crucial: a mentalidade e a cultura existentes no Brasil, que era carente de educação e de ideias que incentivassem a mola propulsora do processo: o indivíduo.

Contudo, ficou clara a relação entre o processo do desenvolvimento, com a ideia de que esse processo é historicamente construído, e portanto, a modernidade, o avanço, o futuro seria a conclusão desse processo de desenvolvimento. Por sua vez, a história nortearia esse processo, através dela os intelectuais buscavam as respostas para o fracasso, e as perspectivas para o sucesso. Sendo assim através da história, da sua dinâmica, seria possível observar o próprio fenômeno do desenvolvimento.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Carlos Roberto Viera. **História do pensamento econômico**. São Paulo: Atlas, 1995.

ARAÚJO, Tarcisio Patricio de; VIANNA, Salvador Teixeira Werneck; MACAMBIRA, Júnior. (Org.). **50 anos de formação econômica do Brasil**. Rio de Janeiro: IPEA, 2009.

BIDERMAN, Ciro; COZAC, Luis Felipe L.; REGO, José Marcio. **Conversas com economistas brasileiros**. São Paulo: Editora 34, 1996

CAMPOS, Roberto. **A lanterna na popa**: memórias. Rio de Janeiro: Topbooks, 1994.

FURTADO, Celso. Formação de capital e desenvolvimento econômico. Revista Brasileira de Economia, v. 6, n. 3, p. 7-45, dez. 1951.

FURTADO, Celso. Desenvolvimento e subdesenvolvimento. Rio de Janeiro: Fundo da Cultura, 1961.

GUDIN, Eugênio. **Para um Brasil melhor**. Rio de Janeiro: APEC, 1970.

KEYNES, John Maynard. **A Teoria Geral do emprego, do juro e da moeda**. São Paulo: Nova Cultural, 1996. (Coleção Os Economistas).

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado**: contribuição à semântica dos tempos históricos. Tradução Wilma Patrícia Maas e Carlos Almeida Pereira. Rio de Janeiro: Contraponto; Editora PUC-Rio, 2006

LOVE, Joseph L. **A construção do Terceiro Mundo**: teorias do subdesenvolvimento na Romênia e no Brasil. Tradução Patrícia Zimbres. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

NURKSE, R. **Problemas da Formação de Capital em Países Subdesenvolvidos**. Editora Civilização Brasileira. Rio de Janeiro, 1957.

ROSENSTEIN-RODAN, P. N. Problems of industrialisation of Eastern and SouthEastern Europe. **The Economic Journal**, Cambridge University Press, v. 53, n. 210/211, p. 202-211, 1943.

SCALÉRCIO, Marcio; ALMEIDA, Rodrigo. **Eugênio Gudín**: inventário de flores e espinhos: um liberal em estado puro. Rio de Janeiro: Insight, 2012.

SCHUMPETER, Joseph. **Teoria do desenvolvimento econômico**. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

TEIXEIRA, Aloísio et al. **Desenvolvimento**: o debate pioneiro de 1944-1945. Brasília: IPEA, 2010.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Acidentes de trânsito 298, 299, 300, 301, 305, 308, 309, 310, 311

África 46, 52, 55, 68, 79, 107, 117, 247, 252, 253, 260, 374, 375, 379

Agricultura 68, 138, 154, 170, 204, 206, 208, 209, 210, 211, 212, 213, 214, 216, 217, 218, 219, 220, 222, 226, 228, 231, 233, 236, 237, 239, 240, 242, 246, 247, 249, 250, 251, 257, 258, 259, 260, 261, 279, 281, 282, 283, 285, 287, 288, 289

APEC 48, 141, 142, 143, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 153

Apicultura 242, 243, 246, 247, 248, 249, 250, 251

B

Barreiras comerciais 157, 158, 160

Brasil 35, 36, 37, 40, 41, 43, 45, 47, 48, 50, 51, 52, 79, 83, 86, 93, 104, 118, 128, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 158, 159, 160, 161, 167, 168, 170, 171, 175, 176, 177, 218, 219, 221, 231, 232, 233, 240, 241, 243, 244, 245, 246, 247, 249, 250, 262, 265, 295, 297, 298, 299, 300, 301, 302, 303, 304, 305, 306, 307, 308, 309, 310, 311, 313, 314, 316, 321, 322, 323, 325, 326, 327, 328, 329, 330, 336, 337, 340, 341, 342, 344, 345, 346, 347, 348, 349, 350, 351, 380, 382, 385, 386, 398, 399, 408, 415, 418, 421

C

Capital 1, 2, 20, 21, 25, 26, 28, 29, 32, 33, 37, 39, 40, 46, 47, 48, 49, 51, 52, 53, 55, 60, 62, 63, 64, 65, 67, 70, 73, 75, 76, 77, 78, 82, 84, 85, 88, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 100, 102, 105, 107, 108, 109, 110, 122, 125, 126, 162, 170, 173, 178, 179, 188, 189, 192, 193, 196, 199, 206, 242, 246, 255, 256, 257, 273, 279, 281, 283, 284, 285, 287, 292, 299, 300, 301, 305, 329, 331, 332, 333, 334, 335, 336, 337, 339, 341, 343, 345, 346, 348, 349, 351, 377, 388, 390, 391, 393, 394, 419, 424, 426, 429, 430, 431, 432, 433

Capitalismo 16, 17, 20, 25, 26, 28, 29, 37, 38, 40, 41, 42, 44, 47, 51, 52, 53, 56, 59, 62, 63, 64, 196, 354, 390, 395, 413, 423, 424, 426, 427, 428, 431, 432, 433

CAPM 84, 85, 88, 90, 91, 93

China 64, 102, 114, 142, 143, 144, 147, 148, 149, 157, 159, 160, 161, 166, 167, 168, 169, 170, 171, 172, 173, 174, 175, 177

Cluster 204, 205, 208, 209, 210, 211, 212, 213, 214, 215, 216, 217

Comércio internacional 46, 51, 66, 67, 69, 71, 72, 73, 74, 80, 82, 83, 120, 142, 143, 144, 145, 151, 154, 158, 166, 374

Commodities 46, 69, 84, 142, 144, 152, 157, 158, 166, 347

Comunicação 9, 66, 94, 105, 119, 154, 161, 230, 231, 232, 235, 236, 240, 277, 279, 280, 379, 399, 408, 415, 417, 421, 423, 427, 428, 429, 430, 431, 434

Contratos 79, 199, 200, 203, 376, 411, 412, 414, 415, 416, 418, 419, 420, 422

Cooperativismo 194, 195, 196, 197, 198, 199, 202

Covid-19 69, 81, 114, 263, 264, 269, 270, 271, 419

Crescimento 39, 42, 43, 44, 51, 52, 54, 61, 63, 67, 68, 71, 74, 78, 80, 81, 92, 94, 95, 96, 99, 100, 101, 102, 103, 107, 108, 114, 120, 121, 122, 125, 127, 128, 142, 144, 153, 159, 166, 167, 176, 177, 206, 221, 248, 253, 254, 255, 256, 258, 272, 273, 274, 275, 276, 290, 295, 319, 330, 335, 345, 346, 347, 348, 350, 351, 353, 357, 372, 375, 376, 378, 399, 407, 419, 424, 426

D

Desenvolvimentistas 35, 36, 37, 39, 42, 43, 45

Desenvolvimento 2, 3, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 23, 28, 29, 31, 32, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 56, 58, 66, 67, 68, 69, 71, 75, 78, 79, 80, 81, 82, 85, 92, 94, 95, 96, 98, 99, 102, 103, 104, 114, 121, 143, 144, 145, 153, 154, 175, 204, 205, 206, 207, 218, 219, 221, 231, 232, 237, 240, 242, 243, 247, 249, 253, 254, 255, 257, 258, 259, 260, 261, 262, 263, 264, 272, 274, 276, 279, 296, 297, 312, 315, 317, 319, 320, 321, 323, 325, 326, 330, 336, 339, 340, 341, 344, 345, 347, 348, 351, 352, 357, 365, 366, 367, 371, 375, 379, 414, 420, 423, 424, 434

Dólar 64, 129, 132, 133, 134, 135, 136, 137, 139, 140, 384

E

Economia 1, 2, 9, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 24, 25, 26, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 47, 48, 50, 51, 57, 58, 61, 64, 65, 66, 68, 71, 74, 78, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 92, 94, 95, 97, 98, 99, 100, 102, 103, 104, 105, 107, 108, 115, 117, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 143, 144, 145, 147, 153, 154, 158, 163, 166, 175, 176, 177, 204, 205, 206, 207, 218, 220, 224, 231, 232, 233, 239, 240, 247, 248, 250, 251, 252, 253, 254, 255, 256, 257, 258, 259, 260, 261, 262, 274, 276, 295, 296, 297, 312, 322, 326, 329, 330, 331, 332, 333, 334, 336, 337, 339, 340, 345, 346, 347, 348, 349, 350, 351, 352, 353, 364, 365, 366, 367, 370, 371, 372, 375, 376, 378, 379, 380, 397, 409, 413, 420, 421, 422, 426, 432, 433, 434

Eleições 397, 398, 399, 400, 404, 406, 407, 408, 409

Embargo 134, 157, 158, 159, 167, 168, 169, 170, 171, 172, 173, 174, 175, 183, 185, 186, 187, 191, 194, 196, 197, 198, 201, 267, 383, 386, 388

Empresas 52, 53, 68, 70, 71, 74, 76, 77, 78, 81, 83, 84, 85, 86, 87, 92, 96, 103, 108, 109, 110, 111, 112, 115, 117, 122, 135, 142, 178, 179, 180, 181, 182, 184, 185, 186, 188, 190, 191, 192, 193, 194, 195, 196, 197, 198, 199, 200, 202, 237, 246, 250, 256, 260, 261, 263, 274, 275, 280, 285, 329, 331, 337, 341, 342, 346, 348, 349, 353, 354, 357, 358, 359, 360, 361, 362, 363, 364, 366, 367, 368, 369, 370, 371, 372, 376, 377, 378, 382, 388, 389, 390, 391, 393, 394, 395, 412, 414, 416, 417, 418, 419, 421, 422, 426, 434

Estado 25, 29, 30, 37, 38, 39, 42, 46, 47, 49, 53, 54, 55, 56, 57, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 74,

75, 81, 94, 96, 97, 98, 103, 106, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 124, 129, 153, 183, 186, 190, 192, 196, 197, 198, 199, 204, 205, 206, 219, 222, 226, 231, 232, 240, 242, 248, 250, 252, 254, 258, 261, 266, 272, 273, 274, 294, 295, 296, 297, 301, 302, 303, 305, 312, 313, 315, 316, 318, 319, 320, 321, 322, 323, 324, 325, 326, 327, 345, 367, 370, 371, 372, 378, 379, 394, 395, 396, 400, 404, 413, 417, 433

Estados Unidos 44, 51, 52, 53, 129, 132, 134, 136, 142, 143, 144, 145, 147, 148, 149, 157, 159, 161, 167, 168, 169, 172, 173, 174, 175, 248, 265, 267, 269, 271, 359, 382, 398, 414

Exportações 53, 73, 74, 80, 87, 102, 116, 125, 127, 128, 141, 142, 143, 144, 145, 147, 148, 152, 153, 157, 158, 159, 162, 163, 164, 165, 166, 168, 169, 174, 175, 177, 248, 367, 373, 374, 375

F

Falência 37, 110, 353, 358, 360, 361, 364

G

Games 423, 424, 426, 428, 432

Globalização 56, 57, 58, 59, 61, 62, 63, 64, 65, 67, 296, 411, 412

I

Ideologia 1, 2, 4, 5, 6, 20, 21, 64, 433

Imperatriz 272, 273, 274, 275, 276, 277, 279, 280, 290, 292, 293, 294, 295, 296, 297

Investimento 40, 42, 47, 63, 66, 67, 68, 69, 71, 78, 79, 80, 82, 83, 84, 85, 87, 90, 92, 93, 96, 100, 103, 107, 108, 109, 110, 116, 117, 122, 126, 127, 154, 162, 163, 174, 243, 248, 258, 260, 315, 319, 323, 325, 329, 330, 331, 332, 333, 334, 335, 336, 337, 339, 340, 341, 342, 343, 344, 345, 346, 347, 348, 349, 350, 351, 357

L

Liberais 35, 36, 37, 45, 62, 158

M

Marketing 108, 196, 219, 220, 221, 222, 225, 226, 231, 239, 240, 241, 365, 366, 368, 373, 379, 380, 422

Materialismo 1, 8, 9, 10, 11, 13, 14, 16, 20, 33

Mercado 25, 30, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 46, 47, 48, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 62, 63, 66, 67, 69, 70, 71, 74, 77, 79, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 105, 106, 108, 109, 111, 114, 115, 117, 118, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 129, 135, 137, 138, 139, 142, 147, 152, 153, 158, 162, 163, 164, 165, 167, 168, 169, 170, 174, 175, 177, 186, 187, 188, 189, 197, 202, 221, 222, 229, 231, 232, 234, 237, 241, 246, 247, 253, 255, 260, 265, 266, 329, 331, 332, 333, 334, 335, 340, 341, 345, 347, 365, 367, 369, 370, 373, 374, 376, 377, 378, 379, 380, 381, 382, 384, 387, 393, 394, 395, 396, 413, 417, 424, 426, 428, 432

Moçambique 66, 67, 68, 69, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 91, 92, 93, 94, 95, 98, 100, 102,

103, 104, 105, 106, 107, 112, 114, 115, 116, 117, 119, 120, 123, 124, 127, 128, 252, 253, 254, 255, 256, 257, 259, 260, 261, 262, 365, 366, 367, 368, 370, 371, 372, 373, 374, 375, 376, 378, 379, 380

Modelo gravitacional 141, 142, 143, 145, 146, 150, 151, 152, 153, 272, 276, 277, 278, 279, 292, 293

Mortalidade infantil 312, 313, 314, 315, 316, 317, 320, 321, 322, 323, 324, 325, 326, 327, 328

N

Neoliberalismo 50, 54, 55, 56, 64

P

Paraísos fiscais 66, 67, 69, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 82, 83

Pernambuco 218, 298, 299, 301, 302, 303, 304, 305, 307, 308, 309, 310, 312, 313, 315, 316, 318, 319, 320, 321, 322, 323, 324, 325, 326, 327

Piauí 204, 205, 206, 207, 209, 210, 211, 213, 214, 216, 218, 309, 316

PIB 68, 71, 80, 81, 92, 98, 100, 101, 102, 107, 113, 116, 117, 127, 129, 132, 139, 141, 145, 146, 151, 152, 153, 157, 160, 167, 168, 172, 173, 174, 175, 219, 260, 263, 264, 266, 267, 268, 269, 270, 271, 300, 329, 334, 336, 337, 339, 342, 343, 344, 346, 347

Política monetária 86, 98, 103, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 348, 378

Portugal 51, 76, 83, 104, 117, 118, 338, 353, 356, 361, 362, 363

Produção 2, 8, 10, 12, 16, 17, 18, 19, 26, 27, 28, 29, 32, 33, 39, 40, 41, 42, 43, 47, 50, 51, 52, 53, 54, 58, 60, 62, 63, 72, 73, 74, 82, 95, 96, 107, 116, 122, 128, 142, 144, 157, 158, 162, 163, 164, 165, 166, 168, 170, 172, 173, 175, 204, 208, 209, 210, 211, 212, 213, 214, 215, 216, 217, 219, 222, 223, 225, 227, 229, 233, 235, 238, 239, 242, 243, 246, 247, 248, 249, 250, 252, 253, 256, 258, 260, 261, 263, 274, 279, 281, 294, 341, 365, 366, 367, 368, 369, 370, 371, 372, 373, 374, 375, 376, 377, 378, 379, 418, 424, 427, 428, 430, 431, 432, 433

Q

Qualidade 10, 12, 13, 14, 15, 71, 82, 91, 102, 103, 116, 142, 223, 224, 225, 227, 229, 235, 239, 248, 255, 256, 261, 273, 298, 300, 314, 315, 322, 323, 353, 354, 355, 356, 357, 358, 360, 361, 363, 365, 368, 369, 370, 373, 374, 375, 376, 379

R

Recursos naturais 46, 51, 73, 79, 85, 95, 102, 103, 142, 164, 165, 242, 243, 244, 245, 249, 253, 256, 258, 260, 261, 371

Redes sociais 230, 232, 233, 234, 235, 236, 397, 398, 399, 400, 403, 407, 408, 409

S

Saúde 32, 71, 82, 95, 96, 158, 159, 224, 225, 227, 232, 253, 256, 257, 273, 279, 280, 281, 283, 285, 289, 294, 298, 299, 300, 301, 302, 304, 305, 306, 307, 308, 309, 310, 311, 312, 313, 314, 315, 316, 317, 318, 319, 320, 321, 322, 323, 324, 325, 326, 327, 328, 353, 354, 355, 357, 360

Smart contracts 411, 412, 416, 417, 419, 420, 421, 422

Subdesenvolvimento 40, 45, 48, 55

T

Terra 12, 14, 29, 48, 56, 73, 164, 165, 220, 222, 223, 224, 225, 226, 227, 228, 229, 230, 231, 232, 234, 235, 236, 237, 238, 239, 240, 242, 243, 246, 249, 251, 254, 258, 259, 299, 338, 340, 341, 343, 349, 352, 421

Trabalho 1, 2, 3, 4, 7, 17, 20, 23, 24, 25, 26, 27, 29, 32, 35, 36, 39, 47, 50, 51, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 62, 72, 73, 77, 80, 88, 95, 96, 106, 117, 122, 141, 143, 145, 146, 152, 159, 160, 162, 164, 166, 167, 170, 173, 192, 205, 206, 218, 227, 233, 234, 243, 250, 252, 254, 256, 257, 258, 260, 278, 294, 298, 300, 301, 303, 305, 312, 317, 325, 330, 333, 336, 348, 353, 357, 365, 367, 368, 373, 377, 398, 413, 420, 422, 423, 424, 427, 428, 431, 432

Turismo 68, 135, 138, 139, 221, 237, 258, 259, 381, 382, 383, 384, 385, 386, 387, 388, 389, 390, 391, 392, 393, 394, 395, 396

U

União Europeia 64, 72, 76, 157, 159, 161, 166, 167, 168, 172, 173, 174, 175



- 🌐 www.atenaeditora.com.br
- ✉ contato@atenaeditora.com.br
- 📷 [@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)
- 📘 www.facebook.com/atenaeditora.com.br

ECONOMIA:

GLOBALIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO 2



🌐 www.atenaeditora.com.br
✉ contato@atenaeditora.com.br
📷 @atenaeditora
📘 www.facebook.com/atenaeditora.com.br

ECONOMIA:

GLOBALIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO 2